

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER EM PERSPECTIVA LOCAL:
OS DESAFIOS DAS AÇÕES COLABORATIVAS ENTRE AS POLÍTICAS DE
ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO EM BELO HORIZONTE, MG**

Recebido em: 05/11/2025

Aprovado em: 02/02/2026

Licença: 

*Scarlleth Bianca de Oliveira Souza*¹

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte – MG – Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-0750-5549>

*Luciana Assis Costa*²

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte – MG – Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-3664-4839>

*Emanuel Casimiro de Souza da Silva*³

Centro Universitário Arnaldo Janssen (UniArnaldo)

Belo Horizonte – MG – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-5624-5459>

RESUMO: A intersetorialidade, na administração pública, surge como resposta às demandas sociais complexas, consolidando-se inicialmente na política de saúde e, posteriormente, como estratégia essencial diante dos desafios contemporâneos do Estado. Este artigo busca compreender os desafios nas articulações entre as pastas de Esporte e Lazer e de Educação de Belo Horizonte para a efetivação de ações colaborativas. Adota-se abordagem qualitativa, com estudo de caso, análise documental e entrevistas com sete burocratas de médio escalão. Os resultados mostram que, embora haja esforços para ações integradas, estas ainda ocorrem de forma pontual, enfrentando escassez de recursos, baixa institucionalização e dependência de iniciativas individuais, sendo a educação o principal suporte para sua continuidade.

PALAVRAS-CHAVE: Esporte e lazer. Educação. Intersetorialidade. Política pública.

**PUBLIC POLICIES FOR SPORT AND LEISURE FROM A LOCAL
PERSPECTIVE: THE CHALLENGES OF COLLABORATIVE ACTIONS
BETWEEN SPORT, LEISURE, AND EDUCATION POLICIES IN BELO**

¹ Mestra, Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo de Estudos sobre Desigualdades Sociais, Cotidiano e Políticas Públicas – Neopolis.

² Doutora, Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo de Estudos sobre Desigualdades Sociais, Cotidiano e Políticas Públicas – Neopolis.

³ Doutora, UniArnaldo Centro Universitário Arnaldo Janssen, Núcleo de Estudos sobre Desigualdades Sociais, Cotidiano e Políticas Públicas – Neopolis.

HORIZONTE, MG

ABSTRACT: Intersectoriality in public administration emerges as a response to complex social demands, initially consolidating itself within health policy and later as an essential strategy to address the contemporary challenges of the State. This article aims to understand the challenges in the articulation between the Departments of Sport and Leisure and Education in Belo Horizonte for the implementation of collaborative actions. A qualitative approach was adopted, based on a case study, document analysis, and interviews with seven mid-level bureaucrats. The results show that, although there are efforts toward integrated actions, these remain occasional, facing resource shortages, limited institutionalization, and dependence on individual initiatives, with education serving as the main support for their continuity.

KEYWORDS: Sports and leisure. Education. Intersectorality. Public policies.

Introdução

No processo de redemocratização vivenciado pelo Brasil, consolidado com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 (CF/88), fortaleceram-se, no âmbito da gestão pública, os processos de descentralização do sistema político e as propostas de ampliação da participação cidadã. Esse período marcou um contexto de expansão dos direitos sociais e de inovações na gestão pública, sobretudo no que se refere à implementação das políticas sociais (Pinto, 2015). Com a ampliação desses direitos, as pautas relacionadas ao esporte e ao lazer também passaram a ganhar maior visibilidade política.

A redemocratização no Brasil, associada às demandas por uma gestão pública mais eficaz e à reformulação dos paradigmas administrativos, configurou uma nova relação entre Estado e sociedade. Esse contexto favoreceu “a entrada de outros atores, para além do Estado, no processo de construção de políticas, retirando deste a exclusividade de ator principal” (Cortez; Lotta, 2022, p. 3), impulsionado pelo processo de descentralização estatal. Com a descentralização, os municípios passam a deter autonomias política, administrativa e financeira, ainda que limitadas pela lógica de pactuação do sistema federativo. Ademais, esse cenário contribui para a ampliação da

participação da sociedade civil na definição, execução e controle das ações governamentais (Andion, 2012; Menicucci, 2008).

Os caminhos de gestão da administração pública, nesse sentido, configuram-se como reflexo das inovações administrativas, do processo de descentralização, das transformações sociais em curso e da crescente complexificação das demandas sociais. Esses fatores apontam para formas de gerenciamento baseadas na articulação entre setores, na ampliação da participação cidadã e na construção de soluções integradas para problemas públicos complexos, propondo a formação de arranjos institucionais alinhados à perspectiva da intersetorialidade na gestão das políticas públicas.

A intersetorialidade, nesse cenário, se consolida, enquanto proposta, como estratégia fundamental para lidar com os desafios contemporâneos da gestão pública, na compreensão de que as políticas públicas “como sistemas de ação e os problemas públicos como complexos constituem a base para focalizar a intersetorialidade como uma estratégia de gestão” (Bronzo, 2023, p. 2).

A diversidade e a complexidade das demandas sociais, exigem respostas articuladas entre diferentes setores e políticas. A inserção da intersetorialidade como possibilidade de execução das políticas públicas “trouxe a articulação de saberes técnicos, já que os especialistas em determinada área passaram a integrar agendas coletivas e compartilhar objetivos comuns” (Nascimento, 2010, p. 96).

Como estratégia de gestão, a intersetorialidade abrange todas as instâncias, mas no nível municipal, sua importância reside, sobretudo, na possibilidade de que a gestão municipal inove na forma de lidar com as demandas sociais, promovendo soluções coletivas e garantindo os direitos de cidadania dos grupos populares (Junqueira, 1998).

Isso posto, observamos a potência da articulação intersetorial para a efetivação do esporte e lazer, consolidados como direitos da população pela Constituição Federal de 1988. O lazer é incluído no rol dos direitos sociais, no art. 6, conforme verificamos no texto constitucional: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988).

Já o esporte é referenciado no art. 217 como parte do dever do Estado no provimento: “Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um” (Brasil, 1988).

As duas menções no texto Constitucional reforçam a importância da implementação de políticas públicas nessa área, uma vez que “à medida que o esporte e o lazer são legalmente acionados como direitos sociais, dever do Estado e da sociedade civil, é reconhecida a necessidade de política social que os concretize” (Ribeiro *et al.*, 2011, p. 108).

O projeto de lei nº 409, de 2022 prevê a criação do Plano Nacional do Esporte. Aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto sinaliza um grande passo para o desenvolvimento esportivo do Brasil, reforçando, entre os seus objetivos, a necessidade de descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte (Brasil, 2022).

No que se refere à temática da intersetorialidade, as políticas de Esporte e Lazer têm incorporado, no centro das ações e legislações governamentais recentes, vigentes e em tramitação, a importância das articulações intersetoriais como diretrizes para a redefinição e o fortalecimento das ações voltadas a essa área.

No âmbito nacional, a Lei nº 14.597 de 2023, que institui a Lei Geral do Esporte e estabelece o Sistema Nacional de Esportes (SNE) aponta a intersetorialidade como via de atuação das ações do SNE (Brasil, 2023a).

O decreto de nº 11.766, de novembro de 2023, institui a Rede de Desenvolvimento de Esporte, política que, além de se fundamentar na interação interministerial, tem a finalidade de servir como mecanismo de governança intersetorial e intergovernamental para o fomento da prática esportiva e de atividade física no país. Uma das diretrizes da Rede é a intersetorialidade na gestão das ações e das políticas do esporte e seu papel indutor na integração de outras políticas sociais, como saúde, educação e assistência social (Brasil, 2023b).

Na perspectiva da educação, a CF/88 define-a como direito social, assim como o lazer, no artigo 6º, citado anteriormente. A referência à educação ao longo da Constituição indica a sua promoção e incentivo com colaboração da sociedade, “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, art. 205). A Constituição também estabelece como competência conjunta entre União, estados e municípios a legislação sobre a educação (Paganella; Amaral, 2022).

Ao mencionar a colaboração da sociedade, a CF/88 amplia a compreensão de que as políticas públicas de educação se concretizam de forma articulada entre diferentes atores, em uma lógica intergovernamental e com possibilidade de participação ativa da sociedade civil, à luz de uma perspectiva intersetorial.

Por sua vez, a Lei n.º 9.394 de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação (LDB), reforça a importância de que os conteúdos curriculares da educação básica observem a promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas

não-formais (Brasil, 1996, art. 27). Compreende-se, também, que o lazer está inserido em diversos espaços de socialização, inclusive na escola, sendo este um direito previsto na Constituição, constando como obrigação das instituições de ensino, públicas ou privadas, promover a democratização de seu acesso, potencializar suas vivências e viabilizar a formação crítica acerca deste tema.

Em se tratando do esporte, seu conceito está atualizado “com a evolução conceitual do fenômeno sociocultural esportivo, ao aceitá-lo como direito de todas as pessoas, e com as formas de exercício desse direito (Esporte-educação, Esporte-lazer e Esporte-desempenho)” (Tubino, 2010, p. 32), jogando luz à relação entre as três áreas: educação, esporte e lazer.

Trazendo a perspectiva da intersetorialidade para o âmbito local, em Belo Horizonte, com a reforma administrativa de 2001, teve início um processo de descentralização e a participação cidadã como princípios da gestão municipal, abrindo espaço para a intersetorialidade como estratégia de fortalecimento das políticas públicas. Nesse contexto, destaca-se a criação do Programa BH-Cidadania, implementado em 2002, voltado à integração entre secretarias e atores sociais na oferta de serviços essenciais a famílias em situação de vulnerabilidade, reafirmando a intersetorialidade como alternativa organizativa para o enfrentamento das desigualdades sociais (Bronzo, 2010; Peres, 2013; BH Cidadania, s.d.).

A partir desse cenário e da experiência de Belo Horizonte, que evidencia a proposição de articulações entre as pastas, inclusive no âmbito legislativo, nos parece factível considerar a intersetorialidade como um instrumento gerencial capaz de potencializar as políticas de esporte e lazer. A abordagem integrada e holística proposta na atuação intersetorial ultrapassa os limites de um único setor ou área de atuação,

favorecendo a construção de estratégias mais amplas e colaborativas para o atendimento das demandas sociais, sobretudo as mais complexas.

Este trabalho tem como objetivo compreender os desafios que sobressaem às articulações entre as pastas de Esporte e Lazer e de Educação, do município de Belo Horizonte, para a concretização de ações colaborativas entre esses setores.

Metodologia

Esta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, desenvolvida nos moldes do Estudo de Caso. A abordagem qualitativa parte do pressuposto de que a realidade social é multifacetada e interpretada de maneira singular por cada indivíduo, sendo apropriada para a compreensão das múltiplas relações e estruturas que permeiam o contexto social (Minayo, 2001). A natureza exploratória do estudo possibilitou uma aproximação mais ampla com o objeto investigado, favorecendo a formulação de hipóteses e o aprofundamento reflexivo sobre o tema, conforme destaca Gil (2007). O Estudo de Caso, por sua vez, permitiu uma análise densa e detalhada do fenômeno, possibilitando compreender a complexidade do contexto em investigação e promovendo uma “penetração da realidade social” (Goldenberg, 2004, p. 17).

A coleta de dados foi realizada a partir de pesquisa documental, incluindo acesso aos sites oficiais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, referentes às secretarias municipais de Esporte e Lazer (SMEL) e Educação (SMED). Além disso, a análise documental abrangeu normativas e instrumentos de planejamento que orientam a organização e a atuação das duas pastas. Nesse conjunto, foram considerados decretos, leis, planos de ação governamental e contratos de metas, os quais possibilitaram

compreender os marcos institucionais e as diretrizes que estruturam as políticas públicas municipais no período investigado.

Outra técnica de coleta de dados foi a realização de entrevistas semiestruturadas, com sete (07) burocratas de médio escalão - que desempenham papéis estratégicos no delineamento, planejamento e gestão das políticas públicas nessas áreas. O corpo técnico selecionado é responsável pelos programas, projetos e ações de esporte e lazer desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e a Secretaria Municipal de Educação. Ao todo, foram 04 entrevistados representantes da SMEL e 03 entrevistados da SMED.

Todos os sete convidados para participar das entrevistas aceitaram o convite e ocupam os seguintes cargos nas Secretarias Municipais de Esportes e Lazer (SMEL) e de Educação (SMED): Gerente de Esporte educacional (relativo ao Programa Esporte Esperança (SMEL); Gerente do Programa Superar (SMEL); Gerente da Educação Fundamental – Anos Finais (SMED); Diretor de formação esportiva (SMEL); Coordenador das ações ligadas à Diretoria de Eventos (SMEL); Gerente de educação integral, responsável pela área de esporte e lazer (SMED). Coordenador no setor de programas e projetos na diretoria de formação esportiva (SMED/SMEL) servidor da SMED atualmente cedido à SMEL. Para identificá-los de acordo com a secretaria a que se refere, os entrevistados da SMEL serão nomeados como “Esp..” e os entrevistados da SMED como “Ed...” seguido do número relativo à ordem das entrevistas.

A definição dos sujeitos das entrevistas ocorreu por duas vias. A primeira envolveu pesquisas realizadas nas páginas oficiais da SMEL e da SMED, no site da Prefeitura de Belo Horizonte, a partir das quais foi feita uma análise preliminar dos programas com potencial de atuação intersetorial entre as áreas de esporte, lazer e

educação, bem como a identificação dos responsáveis por cada setor. A segunda via consistiu no mapeamento dos entrevistados por meio do contato com o Diretor de Formação Esportiva da SMEL, que atuou como informante-chave, indicando setores estratégicos e potenciais participantes para o desenvolvimento das entrevistas. Esse processo possibilitou delinear um panorama das ações conjuntas desenvolvidas entre as duas secretarias.

Para a análise das entrevistas, foi aplicado o método de análise de conteúdo do tipo temática, que consiste em estudar cuidadosamente um conjunto de dados, identificando, analisando e tratando padrões sutis nos significados desses dados, para, assim, organizá-los e descrevê-los detalhadamente (Braun; Clarke, 2006).

O principal objetivo de utilizarmos a análise temática foi a possibilidade de trabalhar com as várias ideias e contextos presentes nas falas dos entrevistados. A partir da análise das entrevistas, foi possível extrair conteúdos e temáticas de extrema importância para a análise dos dados qualitativos. A seguir, a descrição das etapas para a realização desta análise por temas referenciada nos autores Braun e Clarke (2006):

- a) etapa 1 - transcrição das entrevistas;
- b) etapa 2 - leitura e familiarização das entrevistas transcritas;
- c) etapa 3 – criação de códigos de contexto a partir da leitura;
- d) etapa 4 – reunião de unidades de contexto e registros;
- e) etapa 5 – categorização dos códigos em temas;
- f) etapa 6 - análise temática: etapa que se refere à análise dos temas encontrados e do que os temas revelam.
- g) etapa 7- elaboração da tabela temática com a evidenciação dos temas encontrados.

Dentre as três categorias identificadas na pesquisa de mestrado (Contexto institucional e organizacional da SMEL e SMED; Atuação intersetorial da SMEL e SMED; e Desafios para a concretização da intersectorialidade no Esporte, Lazer e Educação), para embasar este artigo foi selecionada a categoria que tratou dos desafios para a intersectorialidade nessas políticas.

Resultados e Discussões

O ponto norteador para o entendimento dos desafios para a concretização das ações articuladas entre as pastas de esporte e lazer e educação foi a identificação de programas/eventos de esporte e lazer que se apresentaram como potenciais à execução de intersectorialidade: Jogos da Primavera, Programa Esporte para Todos, Programa Superar e Programa Esporte Esperança.

Quadro 1: Programas e Projetos que articulam ações entre as pastas do Esporte e Lazer e Educação

Ações promovidas pela Secretaria de Esporte e Lazer que preconizam a atuação intersectorial com a Educação	Ano de implementação
Jogos da Primavera	2022
Programa Esporte para Todos	2017
Programa Superar	1994
Programa Esporte Esperança	2002

Fonte: Organizado pelos autores (2025).

Como primeiro exemplo de ação intersectorial, identificamos o evento Jogos da Primavera, que são torneios esportivos destinados aos alunos da rede municipal de ensino, tendo sua primeira edição realizada em 2022 (Belo Horizonte, 2024). Os

eventos são realizados pela SMEL em parceria com a SMED, caracterizando-se, assim, como uma ação intersetorial que:

agrega fundamentalmente a Secretaria Municipal de Educação (SMED) e a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL) seguindo os princípios do esporte educacional. O evento é constituído por jogos de diferentes modalidades esportivas, incluindo paralímpicas, culminando na classificação para representação do município nos Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG) (Belo Horizonte, 2024, p. 3).

Esp 05 explicita que a intersetorialidade entre SMEL e SMED na execução do evento Jogos da Primavera é perceptível, pelo fato de que há divisão de custos para a sua realização.

Agora, nos Jogos da Primavera, isso se torna muito mais forte (referindo-se às articulações intersetoriais), porque entra, inclusive, a divisão do custo para a realização. A gente entra com a parte de execução mesmo, o custo de execução eleitora da SMEL, e o custo das cerimônias de abertura, encerramento e premiação, ele é da SMED (Esp 05).

No regulamento geral do referido programa, no capítulo II, que trata da realização, no art. 4, explicita-se a intersetorialidade entre as secretarias:

Agora, nos Jogos da Primavera, isso se torna muito mais forte (referindo-se às articulações intersetoriais), porque entra, inclusive, a divisão do custo para a realização. A gente entra com a parte de execução mesmo, o custo de execução eleitora da SMEL, e o custo das cerimônias de abertura, encerramento e premiação, ele é da SMED (Esp 05).

O evento é composto por duas comissões: Honra e Organizadora. A primeira é composta pelo Prefeito de Belo Horizonte, pela Secretária Municipal de Esportes e Lazer e pelo Secretário Municipal de Educação. A organizadora compõe-se por 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal Esporte e Lazer, 2 (dois) da Secretaria Municipal de Educação e 3 (três) representantes dos Professores da Rede Municipal de Ensino, sendo a responsabilidade de execução da ação, bem como o estímulo à participação das escolas atributos desta última comissão (Belo Horizonte, 2024).

A composição das comissões responsáveis pelo evento evidencia a lógica intersetorial que orienta sua organização e execução. A presença de representantes das

Secretarias Municipais de Esportes e Lazer e de Educação, tanto na comissão de honra quanto na comissão organizadora, demonstra a articulação entre diferentes setores. No contexto apresentado, a intersectorialidade é potencializada também pela adoção de uma abordagem que incorpora os princípios do esporte educacional. No entanto, apesar da definição formal das comissões e das responsabilidades atribuídas a elas remeterem a ações intersectoriais, nos chama a atenção uma perspectiva que tensiona essa lógica: a centralização da condução do evento por parte da SMEL.

A segunda ação identificada com potencial de articulação intersectorial foi o Programa Esporte para Todos (PET). Instituído pelo Decreto Municipal nº14.183, de 2010, tem como finalidade

conceder incentivo tributário relativo ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU para imóveis pertencentes à entidade desportiva ou recreativa, nos quais se situem seus complexos desportivos e recreativos, e que estejam habilitadas nos programas de natureza social, educativa ou desportiva (Belo Horizonte, 2010).

Desde sua concepção, o programa prevê a articulação entre setores, envolvendo as seguintes secretarias:

Compete à Secretaria Municipal Adjunta de Esportes, à Secretaria Municipal de Educação, à Secretaria Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal de Políticas Sociais, em conjunto ou isoladamente, conforme dispuser o convênio em cada caso, realizar a aprovação do cumprimento das obrigações assumidas perante o Poder Público para efeito da concessão do desconto de que trata este Decreto (Belo Horizonte, 2010).

Para Esp 04, o Programa Esporte para Todos é, em sua visão, essencialmente intersectorial, e justifica sua compreensão pela existência de módulos que funcionam nas mais diversas secretarias

O programa Esporte para Todos, é o programa que tem a colaboração com os clubes sociais, sendo essencialmente, digamos assim, intersectorial, porque a gente tem dentro do escopo do programa, módulos, que na verdade são possibilidades de o clube desenvolver e de outras secretarias participarem (Esp 04).

A SMEL sempre esteve à frente da coordenação do PET, atuando junto à Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, desenvolvendo os seguintes programas: Escola Integrada; Academia da Cidade; SUAS; Treina BH; Esporte Esperança; Superar; Vida Ativa (Belo Horizonte, 2005).

Contudo, o decreto que regulamenta o PET não estabelece em seu escopo mecanismos formais de cooperação da SMEL com outras secretarias, além de não definir atribuições específicas aos demais setores.

Quanto ao Programa Superar, sua criação data do ano de 1994. O programa é executado pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e tem como objetivo promover a inclusão social das pessoas com deficiência, desenvolvendo atividades físicas, culturais, de esporte educacional e de rendimento. O programa, que elabora e executa políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência, oferece 17 modalidades de atividades: “iniciação esportiva, atletismo, basquetebol, bocha regular, bocha paralímpica, dança, futsal, goalball, judô, natação, rúgbi em cadeira de rodas, tênis de mesa, voleibol, voleibol sentado, patinação, funcional e percussão” (Belo Horizonte, 2024).

A sede do programa, de acordo com Esp 04, localiza-se ao lado de uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), o que favorece a articulação entre a pasta de Esporte e Lazer e a de Educação. A relação se constrói, também, com a participação das escolas nos eventos promovidos pelo Programa Superar, como o festival de dança.

O Superar, ele tem hoje um centro de referência que é vizinho, com uma EMEI. Então, a gente tem uma relação e um atendimento específico com a EMEI muito por conta dessa proximidade física mesmo [...] alguns alunos de algumas outras escolas participam de eventos que o Superar faz, como é o caso do festival de dança (Esp 04).

Consolidando a articulação intersetorial entre SMEL e SMED, em outubro de 2024 houve a publicação no Diário Oficial do Município da Portaria Conjunta SMED/SMELnº 01/2024, que dispõe sobre a “criação e desenvolvimento de núcleos regionalizados de formação e iniciação paradesportiva escolar, sediados nas Escolas Municipais” (Belo Horizonte, 2024). O objetivo da atuação articulada é disponibilizar modalidades paradesportivas e culturais aos estudantes com deficiência da Rede Municipal de Educação.

A portaria representa um avanço significativo ao reconhecer a importância de ações intersetoriais voltadas à inclusão de estudantes com deficiência por meio do paradesporto. Ao formalizar a cooperação entre a Secretaria Municipal de Educação (SMED) e a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL), o documento estabelece competências comuns, demonstrando a articulação intersetorial entre as secretarias, tais como:

- I - conjugar esforços e cooperar para a plena realização do objeto desta Portaria Conjunta;
- II - promover publicidade e transparência das informações referentes a esta Portaria Conjunta;
- III - fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle interno e externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas a esta Portaria Conjunta.
- IV - avaliar e acompanhar os indicadores e critérios classificatórios eletivos para a participação efetiva nas modalidades ofertadas, levando em consideração suas especificidades (diagnóstico e aptidão).
- V - promover festivais e competições que estimulem a participação dos estudantes com deficiência e seus familiares como estratégia de motivação e divulgação do programa (Belo Horizonte, 2024).

O último programa relacionado é o Programa Esporte Esperança, criado em 2002 pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL), que se constitui como uma política pública consolidada no cenário municipal. Com ações voltadas à formação esportiva e ao lazer de crianças e adolescentes, o programa atua prioritariamente em

áreas de vulnerabilidade social, presente nas nove regionais da cidade, atendendo crianças e adolescentes entre 3 e 17 anos (Belo Horizonte, 2024).

O Programa Esporte Esperança tem como objetivo democratizar o acesso ao esporte educacional e ao lazer de crianças e adolescentes, promovendo qualidade de vida, valores éticos e formação cidadã. Entre seus objetivos específicos, destacam-se a oferta de formação esportiva, o melhor aproveitamento dos espaços públicos, a vivência da cultura corporal do movimento e o desenvolvimento de habilidades e capacidades físicas dos participantes.

Em relação a esse programa, destacamos a Ação Esporte e Lazer nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), que tem como público-alvo as crianças de 3 a 5 anos, de ambos os sexos, matriculadas em instituições de educação infantil, sobretudo em áreas de vulnerabilidade, cujas famílias aceitaram o convite de adesão ao Programa. A execução da proposta é realizada pela equipe da Gerência de Esporte Educacional (GEEDU), composta por analistas e estagiários, em articulação com a Diretoria de Política da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação, em nível central, e com as diretorias e coordenações de cada unidade (Belo Horizonte, 2024).

Os quatro programas apresentados demonstram uma articulação entre SMEL e SMED para execução das ações de esporte e lazer no município. Entretanto, ainda que haja reconhecimento dessa articulação nos planos executivos e técnicos, os entrevistados também sinalizam limites à consolidação de uma política mais ampla de cooperação institucional. Há uma tendência a uma articulação mais discricionária entre os técnicos.

Um dos desafios pontuados pelos entrevistados acerca da concretização da intersectorialidade refere-se às trocas de governo, em que há reorganização administrativa a partir da qual todo o trabalho precisa ser recomeçado, o que pode impactar na continuidade da política, como verificamos na fala de Esp 04.

Mas eu acho que talvez o maior desafio, de fato, sejam as trocas de governo. As transições que ocorrem dificultam muito. Eu acredito que precisa ter uma articulação em diferentes níveis. Porque é muito frágil a articulação só no nível técnico, territorial, e a gente não conseguir fazer essa articulação no nível central (Esp04).

Os relatos evidenciam que a retomada desse trabalho já representa, em si, um grande desafio, agravado pelo fato de que os novos funcionários podem não compartilhar da mesma perspectiva de atuação anteriormente consolidada. Esse aspecto revela um dos gargalos da intersectorialidade, em consonância com a reflexão de Bronzo (2023, p. 12), ao destacar que “é importante que a intersectorialidade seja abordada desde a formulação da política, permitindo o compartilhamento da definição do problema e das soluções possíveis, assim como a consolidação de objetivos comuns entre os setores”.

Outro desafio apontado para o desenvolvimento de ações intersectoriais entre as pastas é a comunicação: “a gente tem dificuldade de comunicação intra secretaria imagina extra secretaria. A gente tem ações pontuais, mas se a gente conseguisse isso a gente conseguiria avançar como política pública” (Ed 03).

A comunicação é destacada como um desafio nos estudos de Wanderley, Martinelli e Da Paz (2020, p. 10), que apontam que um dos obstáculos à efetivação da intersectorialidade reside “na construção de bases políticas e de mecanismos intersectoriais que estabeleçam a comunicação, articulação e a formação de uma nova cultura organizacional entre órgãos e agentes público”.

Outro aspecto decorrente do quesito comunicação refere-se às incongruências na definição das ações intersetoriais dentro do arranjo institucional dos setores, as quais podem impactar tanto o nível de coordenação das ações já existentes quanto a própria gestão integrada entre eles (Veiga; Bronzo, 2014).

Nessa perspectiva, uma das vias analíticas de compreender a intersetorialidade não apenas como instrumento de gestão seria concebê-la como “dispositivo para a escuta qualificada e para o exercício do respeito à diferença e às diversidades na busca de possíveis interesses comuns, mesmo que temporários” (Akerman *et al.*, 2014, p. 6).

Alguns dos desafios mencionados retomam aspectos institucionais e orçamentários, como o reduzido número de equipes e a limitação de recursos da SMEL, além dos orçamentos individualizados para a concretização das ações articuladas.

Enquanto a área da educação recebe valores expressivamente superiores, a destinação de recursos ao esporte e ao lazer permanece relativamente estável, mas em patamar muito inferior. Apenas para retratar o tamanho das secretarias analisadas, o orçamento da SMEL representa cerca de 9% do orçamento da SMED.

A limitação orçamentária da pasta do esporte e lazer é percebida como um entrave estrutural que compromete desde a contratação de profissionais até a abertura e manutenção de espaços adequados para a oferta de atividades, como ressalta Esp 02: “tudo recai em cima do quê? Do pouco recurso da nossa secretaria, que ele tem pouca verba para contratar, pouca verba para abrir centros, para reformas etc.” (Esp 02).

O que se revela nas falas dos entrevistados é que as articulações conjuntas dependem de orçamento da SMEL, que é escasso em relação à área da educação. O entrevistado Ed 03 sinaliza, inclusive, que esse é um ponto de luta por parte dos

técnicos da SMED: “É o que a gente está lutando lá, de pensar em esporte e lazer dentro da SMED com recurso garantido ali dentro do nosso orçamento” (Ed 03).

Na concepção do entrevistado 03, além de uma questão de luta, há de se considerar também que pensar a provisão orçamentária em conjunto é, também, tarefa da SMED, ao elaborar os planos de gestão, incluindo orçamentos para essas ações.

Existe o plano plurianual do governo, as leis orçamentárias e a lei orçamentária anual. Em cima disso, vem os planos de trabalho das escolas, por exemplo. É a gente colocar isso. É a gente fazer esse convencimento e saber que isso vai favorecer, garantir o recurso. Também, sem recurso, a gente não faz nada, não (Ed 03).

A análise das falas dos entrevistados revela uma compreensão crítica sobre os entraves institucionais e orçamentários que podem impactar a viabilização de ações intersetoriais entre a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL) e a Secretaria Municipal de Educação (SMED).

Ainda que haja diálogo entre as pastas, os orçamentos seguem sendo geridos de forma setorializada. Observamos também que a ausência de previsão orçamentária específica para o esporte e lazer na SMED é não apenas um problema técnico, mas também uma questão política e estratégica. A inclusão de tais ações nos planos plurianuais e nas leis orçamentárias depende de mobilização política e da capacidade de convencimento da importância de garantir recursos destinados à intersectorialidade.

Ainda sobre os desafios elencados, Ed 03 pontua como gargalo a ausência de grupos de trabalhos específicos para as ações desenvolvidas. De acordo com o entrevistado, apenas discussões entre os executores das ações não garante a consecução da política. Um exemplo positivo quanto aos grupos de trabalho citado por ele diz respeito aos Jogos da Primavera, que instituiu comissões em que se estabelecem a participação dos envolvidos:

A gente teve um avanço quando a gente entra nos Jogos da Primavera, quando a gente conseguiu, pelo menos, instituir uma comissão que participava das pessoas, que foi sair em portaria, né? As pessoas que seriam representantes da SMEL, da SMED e da FEM. Então, isso foi um avanço, saindo através de portaria, nos dois anos que tiveram (Ed 03).

Outro desafio para Ed 06, que também decorre da falta de comissões e grupos de trabalhos, é a indisponibilidade de tempo entre os parceiros para realizarem encontros sobre as ações. Para ele, as reuniões são momentos em que os parceiros dão suporte uns aos outros, o que acontece quando se reúnem (mesmo que uma vez por mês). “Pelo fato de nós reunirmos uma vez por mês, a gente consegue ter esse apoio” (Ed 06).

Em contraponto aos desafios sinalizados pelos entrevistados para a concretização das articulações, alguns aspectos favoreceram essa articulação. Um dos pontos mencionados é o conhecimento da ação/programa por parte do parceiro. Como é possível perceber na fala de Esp 01:

Quando a gente entra em contato e **a pessoa conhece o trabalho, tem entendimento**, isto é um facilitador, pois o trabalho ele mesmo se ‘vende’ e isso facilita a educação entender que é uma prática bacana, o próprio trabalho se qualifica para ser um cartão de visitas (Esp 01, grifo meu).

Do ponto de vista das estruturas organizativas dessas ações, o conhecimento das ações passa pelo entendimento de como ocorrem os diálogos sobre os problemas e as soluções dos temas em debate, de como os setores dialogam sobre os objetivos em comum, de que forma se constituam os problemas que serão incorporados na agenda política, como os recursos serão gerenciados, como as articulações ocorrerão, seja horizontal ou verticalmente entre outras disposições (Veiga; Bronzo, 2014).

Entre os entrevistados, também foi citado como processo que oportunizou o desenvolvimento das ações intersetoriais o fato de que os gestores tinham experiências com a intersetorialidade como comentam Esp 04 e Esp 02:

Eu, como acredito nessa proposta (referindo-se à intersetorialidade), e eu estou num cargo estratégico, eu acabo implementando o meu olhar

intersetorial em muitas das ações. Mas porque eu tive uma experiência, uma vivência do BH-Cidadania [...] eu acabo, assim, colocando uma impressão disso nas ações (Esp 04).

É um facilitador nós termos analistas, gestores mais sensíveis e abertos a propostas intersetoriais e secretários que entendam o que é uma ação intersetorial e apostem nos seus servidores, gestores e lhes deem condições de trabalho (Esp 02).

As falas revelam que a capacidade de conduzir processos intersetoriais depende não apenas da estrutura formal das instituições, mas também de uma atuação construída ao longo de trajetórias profissionais. Nesse sentido, a formação de gestores com experiência acumulada e sensibilidade política para o diálogo intersetorial torna-se estratégica. Como destacam Zotovici *et al.* (2013), a tentativa de integração e coletividade no planejamento e na implementação de políticas intersetoriais não é algo simples ou cotidiano. Nesse sentido, a trajetória prévia favorece a incorporação de uma postura mais propositiva e integrada na formulação e condução das políticas públicas de esporte e lazer.

O entrevistado Ed 03 levanta um aspecto interessante de promoção das ações intersetoriais, que é a disponibilidade de equipamentos do município para a realização das ações em conjunto. Seu entendimento é de que há uma potencialidade dos recursos disponíveis que poderiam ampliar o atendimento à população. Ed 03 exemplifica com a desapropriação do Aeroporto Carlos Prates, que poderia dar origem a um ginásio municipal, o que impactaria tanto do ponto de vista de atendimento quanto para a celebração de eventos como o Jogos da Primavera, que depende de aluguel de espaços para a abertura e encerramento.

Outro facilitador, nós estamos falando de uma cidade que tem uma população significativa, então existe o público-alvo, sem dúvida nenhuma. A gente tem equipamentos públicos de boa qualidade que, se requalificados, atenderiam muito bem à população e não seriam investimentos tão exorbitantes (Ed 03).

A cidade de Belo Horizonte não tem um ginásio municipal. Vou dar um exemplo. Por quê? A gente faz as aberturas nossas, a gente tem que pagar os

espaços. Se a gente tivesse o nosso ginásio municipal, não precisaria. Você entendeu? Igual a gente tem teatros municipais, beleza, a gente aproveita agora. Cadê a nossa arena, nosso ginásio poliesportivo municipal? Não temos (Ed 03).

Ainda para Ed 06, a SMED possui estrutura institucional para potencializar as ações de esporte e lazer, considerando, porém, que a parceria pode ser ampliada.

A secretaria tem toda uma infraestrutura física, administrativa, financeira, organizacional, de uma forma geral, para viabilizar qualquer tipo de parceria [...] mas eu acho que ela pode ampliar (referindo-se ao atendimento) (Ed 06).

Do ponto de vista do suporte operacional promovido pela Secretaria de Educação, que fortalece as ações de esporte e lazer com recursos, equipes e espaços, nos parece pertinentes as ponderações de Wanderley, Martinelli e Da Paz (2020, p. 7) de que

podemos afirmar que o horizonte da intersectorialidade das políticas públicas consubstancia-se na melhora das condições de vida da população, na otimização e utilização dos recursos (financeiros, materiais e humanos) e nos ganhos de escala e de resultados.

Lotta e Vaz (2015), ao estudarem os arranjos institucionais complexos, em que se incluem a intersectorialidade, também argumentam que esses modelos de atuação têm sido vistos como capazes de promover, pela via da integração de iniciativas de diversos atores, uma melhor alocação de recursos.

Entendemos assim que a maior abrangência das políticas públicas da educação favorece uma perspectiva intersectorial e uma articulação que podem potencializar as ações de esporte e lazer. Essa interpretação é ponderada pelas falas de Esp 02, Ed 03 e Esp 04, que percebem o papel da educação e de outros setores como “porta de entrada” para a consecução das ações de esporte e lazer:

Então, hoje, a gente não tem uma política pública, a gente está tentando estabelecer isso, estabelecer que a própria escola seja essa porta de entrada com qualidade, com estrutura, com materialidade adequada (Ed 03).

Ainda mais pensando na nossa, na política de esporte e lazer, que tem um braço curto. quando você pensa de forma intersetorial e trabalha de forma intersetorial, a gente tem uma ampliação da nossa cobertura (Esp 04).

A educação já tem uma questão de contratação de professor que a gente não tem. Entendeu? Então é como se a gente estivesse ampliando o superar (Esp 02).

Assim, ao lado dos desafios evidenciados, os relatos dos entrevistados mostram que as ações intersetoriais têm sido favorecidas por diferentes fatores. Entre eles, destacam-se o conhecimento prévio dos programas pelos parceiros, a experiência acumulada de gestores com vivências anteriores em políticas integradas, a sensibilidade e a abertura política de lideranças para sustentar esse diálogo, além das boas relações interpessoais estabelecidas entre os atores institucionais. Além disso, a disponibilidade de equipamentos públicos e de estruturas institucionais das secretarias reforça a capacidade de ampliar o alcance e a qualidade das iniciativas. Desse modo, observa-se que a intersetorialidade, embora complexa e desafiadora, pode se fortalecer a partir de elementos relacionais, estruturais e políticos que favorecem a cooperação, otimizam recursos e ampliam os impactos das políticas públicas de esporte e lazer.

Considerações Finais

Partindo do pressuposto de que o esporte e o lazer são direitos sociais previstos constitucionalmente, e reconhecendo a municipalização dessas políticas como uma tendência decorrente da descentralização administrativa no Brasil, esta investigação revelou que a intersetorialidade tem se apresentado como uma ferramenta de articulação promissora para ampliar o acesso ao esporte e ao lazer.

Para viabilizar a oferta conjunta, observamos que programas como o Esporte Esperança, Programa Superar, Jogos da Primavera e Esporte para Todos funcionam

como espaços de cooperação intersetorial, ainda que nem sempre formalizados em mecanismos institucionais claros.

Os desafios apresentados ajudaram a evidenciar os caminhos institucionais e operacionais percorridos pela SMEL e pela SMED na tentativa de viabilizar ações intersetoriais voltadas ao esporte e ao lazer no município. Como desafios, foram apontadas as dificuldades relacionadas à defasagem estrutural da SMEL, como equipes reduzidas, às mudanças de governo, a comunicação intra e extra-secretaria, a falta de institucionalização das ações e, sobretudo, as limitações financeiras da SMEL.

Apesar das fragilidades apontadas, os dados desta pesquisa indicam que tais ações não se encontram paralisadas. Ao contrário, têm sido viabilizadas, entre outras perspectivas, por meio da estrutura da Secretaria Municipal de Educação (SMED), cuja capilaridade e estabilidade institucional funcionam como suporte para a execução de programas e projetos esportivos e de lazer.

A intersetorialidade, neste contexto, emerge como um mecanismo que pode otimizar a gestão pública desta área temática. Contudo, para que isso ocorra de maneira efetiva, é fundamental que haja intencionalidade política, alinhamento de objetivos, construção de metas conjuntas e mecanismos institucionais de coordenação.

REFERÊNCIAS

AKERMAN, Marco; SÁ, Ronice Franco de; MOYSES, Simone; REZENDE, Regiane; ROCHA, Dais. Intersetorialidade? IntersetorialidadeS! **Ciênc. saúde coletiva**, v. 19, n. 11, p. 4291-4300, nov. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/LnRqYzQZ63Hr5G4Hb7WPQLD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 mai. 2025.

ANDION, Carolina. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 1-19, mar. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cebape/a/8LPjXpK63qdrmdBcfffkvg6k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Decreto Municipal nº 14.183 de 2010. Institui o programa esporte para todos, regulamenta o art. 22 da lei nº 9.795/09 e dá outras providências.** Belo Horizonte: Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belohorizonte/decreto/2010/1418/14183/decreto-n-14183-2010-institui-o-programa-esporte-para-todos-regulamenta-o-art-22-da-lei-n-9795-09-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 13 jun. 2025.

BELO HORIZONTE. **Portaria Conjunta SMED/SMEL nº 01/2024, de 16 de outubro de 2024.** Dispõe sobre a parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer para a criação e desenvolvimento de núcleos regionalizados de formação e iniciação paradesportiva escolar. Belo Horizonte: Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/449751>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 9.069, de 23 de dezembro de 2005.** Institui a Política Municipal de Incentivo ao Esporte e ao Lazer e dá outras providências. Belo Horizonte: Diário Oficial do Município, 2005. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2005/907/9069/lei-ordinaria-n-9069-2005-institui-a-politica-municipal-de-incentivo-ao-esporte-e-ao-lazer-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BH CIDADANIA: Programa de Desenvolvimento Integrado. **Cidades Sustentáveis**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/36>. Acesso em 22 jun. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em:

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei - PL n.409/2022. Aprova o Plano Nacional do Desporto. **Agência Câmara de Notícias**, 25 fev. 2022. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2141571&filename=PL%20409/2022. Acesso em: 30 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.766, de 1º de novembro de 2023.** Institui a Rede de Desenvolvimento do Esporte. Brasília, DF: Presidência da República 2023b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11766.htm. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023.** Institui a Lei Geral do Esporte. Brasília, DF: Presidência da República, 2023a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114597.htm. Acesso em: 30 jan. 2024.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: <http://eprints.uwe.ac.uk/11735>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRONZO, Carla. Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 35, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/200>. Acesso em: 13 mar.2024.

BRONZO, Carla. Complexidade, pensamento sistêmico e intersetorialidade: aproximações teóricas. **Campo de Públicas: Conexões e Experiências**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revista.fjp.mg.gov.br/index.php/campo-de-publicas/article/view/21>. Acesso em: 17 ago. 2025.

CORTEZ, Clarisse; LOTTA, Gabriela Spanghero. Arranjos institucionais e capacidades estatais em nível subnacional: a política de educação em direitos humanos no município de São Paulo. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 27, n. 88, p. 1–26, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/83709/80528>. Acesso em: 15 jun. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Descentralização e intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 2, p. 11-22, 1998. Disponível em: <http://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7696>. Acesso em: 08 ago. 2024.

LOTTA, Gabriela Spanghero; VAZ, José Carlos. Arranjos institucionais de políticas públicas: aprendizados a partir de casos de arranjos institucionais complexos no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 66, n. 2, p. 171-194, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/409/698>. Acesso em: 21 jun. 2025.

MENICUCCI, Telma. Políticas de esporte e lazer: o estado da arte e um objeto em construção. In. ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú (orgs.). **Avaliação de políticas e políticas de avaliação**: questões para o Esporte e Lazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 179-203.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010. Disponível em: www.scielo.br/j/sssoc/a/TDCqtLhvDvRnRmDXhtTBHZK/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jun. 2025.

PAGANELLA, Marco Aurélio; AMARAL, Sílvia Cristina Franco. O Programa Saúde na Escola como política pública interfederativa e intersectorial: uma visão geral sobre sua estrutura, conformação, quadro institucional e traços constitutivos. **Licere: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 140–162, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/40819>. Acesso em: 10 jun. 2025.

PERES, Fabiano Antônio Sena. **Currículo e políticas públicas de esporte e lazer: analisando o Programa Esporte Esperança**. 2013. 125 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Políticas Públicas de Lazer no Brasil. In.: MARCELLINO, Nelson C. (org.). **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas: Alínea, 2015.

RIBEIRO, Carla Andréa; TEIXEIRA, Daniel M. D; FERNANDES; Durval Magalhães; MORAIS, Patrícia Z. M de Moraes; NORONHA, Vânia. Avaliação do Programa Esporte e Lazer da Cidade: Construção participativa de componentes. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; PINTO, Leila Mirtes S. de M; UVINHA, Ricardo Ricci; STOPPA, Edmur Antonio. **Gestão de políticas de esporte e lazer: experiências, inovações, potencialidades e desafios**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. p. 107-122.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010.

VEIGA, Laura da; BRONZO, Carla. Estratégias intersectoriais de gestão municipal de serviços de proteção social: a experiência de Belo Horizonte. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 595-620, maio/jun. 2014, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-76121453>. Acesso em: 01 maio 2024.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; MARTINELLI, Maria Lúcia; DA PAZ, Rosângela Dias O. Intersectorialidade nas políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, p. 7-13, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/DPfFVvJzjDFYsZB9NWWHv7z/?format=html&lang=pt&stop=previous>. Acesso em 21 jan. 2024.

ZOTOVICI, Sandra Aparecida.; LOPES, Beatriz Ruffo.; RANGEL, Renato; STAREPRAVO, Fernando Augusto.; LARA, Larissa Michelle. Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil e Possibilidades de Intersetorialidade. **Licere: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/663>. Acesso em: 21 fev. 2024

Endereço dos(as) Autores(as):

Scarlleth Bianca de Oliveira Souza
Endereço eletrônico: scarllethbos92@gmail.com

Luciana Assis Costa
Endereço eletrônico: lucianaassis.ufmg@gmail.com

Emanuel Casimiro de Souza da Silva
Endereço eletrônico: daniet.rocha@gmail.com